

ONGs ajudam a demarcar as reservas indígenas brasileiras

RONALDO BRASILIENSE

As organizações não governamentais estão assumindo, na prática, a demarcação das reservas indígenas brasileiras, suprindo uma lacuna aberta pela Funai. Mais de 10 milhões de hectares de terras indígenas — uma área superior à de Portugal — já estão demarcadas e regularizadas graças ao empenho das ONGs, eficientes na captação de recursos no exterior.

A maior das áreas indígenas demarcadas por ONG foi a reserva caiapó menkragnoti, com 4,9 milhões de hectares, no Sul do Pará e Norte do Mato Grosso. Os trabalhos de demarcação foram bancados pela Fundação Mata Virgem, criada pelo roqueiro inglês Sting e pelo cacique Raoni às vésperas da Rio-92 e que investiu US\$ 1,2 milhão na delimitação. No Alto Solimões, Amazonas, o Centro Magüta foi responsável pela demarcação de seis áreas dos índios ticuna, garantindo aos mais de 20 mil índios da região uma reserva de 966 mil hectares.

“Há muitas ONGs sérias no Brasil e esse empenho para demarcar as terras indígenas é louvável, até mesmo porque a Funai tem poucos recursos”, afirma o

presidente da fundação, sertanista Dinarte Nobre de Madeiro. Para esse ano, segundo Madeiro, a Funai conta com apenas 8,7% de seu orçamento para demarcar áreas indígenas. “Nossa programação previa a identificação e demarcação de 107 áreas mas, com os recursos disponíveis, no máximo conseguiremos demarcar umas 20”, lamenta.

Acompanhamento — O ex-presidente da Funai Sydney Possuelo, responsável pela demarcação e homologação da reserva ianomâmi, com 9,4 milhões de hectares, em Roraima e Amazonas, defende a atuação das ONGs nos trabalhos de demarcação, mas deixa claro que todo o processo é acompanhado, da identificação à homologação, pela Funai. “Ninguém está demarcando terra indígena à revelia do Estado”, disse Possuelo, mostrando que as ONGs pagam as empresas, contratadas por licitação aberta pela Funai para delimitar as terras.

A ação das ONGs se estende do Acre, onde o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) investe recursos para demarcar terras dos índios kampa, no Rio Amônia, até o Amapá, onde o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) trabalha na demarcação da reserva dos

índios waiãpi, de 573 mil hectares. No Pará, está em andamento a demarcação da reserva araweté, com 985 mil hectares, cujos trabalhos são coordenados pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).

Outro exemplo do trabalho coordenado ocorre no Médio Juruá, Amazonas, onde a União das Nações Indígenas do Acre, a Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) da Igreja Católica, trabalham em conjunto na regularização dos 770 mil hectares da reserva indígena kulina. Além de trabalhar na regularização e demarcação das reservas, algumas ONGs vêm prestando assistência tecnológica às comunidades indígenas.

A ONG Amigos da Terra Internacional vem montando transmissores de rádio nas aldeias ticuna do Alto Solimões e ainda este semestre estende seu programa aos índios do Alto Rio Negro (AM). Com rádios autorizadas pelo Dentel, os índios mantêm comunicação com a Funai e Polícia Federal, denunciando invasões de terra, roubo de madeira e até mesmo surto de doenças como cólera e malária.